



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro
E-mail: camara@cmcp.mg.gov.br Site: www.cmcp.mg.gov.br
Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG.

MENSAGEM DE VETO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 473, DE 11 DE JUNHO DE 2015, originária do Projeto de Lei nº 028/2015, que *"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências"*.

COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA PELA PORTARIA Nº 019, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA.

RELATOR: Vereador Silas Silva Rezende

RELATÓRIO: a Proposição de Lei nº 473, de 11 de junho de 2015, de autoria da Mesa Diretora, originária do Projeto de Lei nº 028/2015, de autoria do chefe do Poder Executivo, foi VETADA parcialmente pelo prefeito Marcos Aurélio Costa Lagares justificando que a Proposta de Emenda Aditiva nº 001 de autoria do vereador Ciro Braz Cardoso é inconstitucional e contrária ao interesse público, haja vista, que o Poder Legislativo não pode criar despesas de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Após análise minuciosa da Mensagem de Veto, de autoria do Prefeito Municipal, esta COMISSÃO opina.

MÉRITO: amparada pelo parecer jurídico ofertado pelo Dr. Guilherme da Silva Ordones – Consultor Legislativo/Advogado da Câmara Municipal, esta Comissão opina pela rejeição do VETO PARCIAL do chefe do Poder Executivo à Proposta de Emenda Aditiva nº 001, de autoria do vereador Ciro Braz Cardoso, ao Projeto de Lei nº 028/2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 2016 (LDO), haja vista, que a proposta visa beneficiar apenas e tão somente os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal.

Caso haja o interesse do chefe do Poder Executivo, a administração municipal poderá aproveitar-se da inserção deste benefício na LDO 2016 para beneficiar todos os servidores efetivos, comissionados, aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba como ocorreu no ano de 2013, mas infelizmente, o prefeito Marcos Aurélio Costa Lagares cortou aquele pequeno, mas grandioso benefício criado e incrementado em sua própria gestão que visava ao complemento de renda dos servidores públicos municipais.

CONCLUSÃO: pelos motivos supracitados, esta Comissão opina pela rejeição do veto parcial do chefe do Poder Executivo à Proposição de Lei nº 473/2015 que foi votada e aprovada, em plenário, por unanimidade dos votos dos parlamentares presentes na reunião ordinária do último dia 11 de junho de 2015.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2015.


Presidente: Vereadora Maira Belthânia Braz de Queiroz.


Relator: Vereador Silas Silva Rezende.


Membro: Vereador Julio Cesar Moraes Gontijo.